

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Monica Isabel Canuto Nunes*¹ (Pesquisadora)

Resumo: O projeto de pesquisa “Inclusão de alunos com deficiência intelectual” teve seu início no mês de agosto de 2017 como previsão de término para o primeiro semestre de 2019, portanto em andamento. O objetivo central do projeto de pesquisa é investigar o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual no curso técnico em agropecuária do Instituto Federal Goiano Câmpus Urutaí. Estabelecemos como procedimentos de coleta de dados análise documental, com foco nos registros de matrículas, fichas de adaptações curriculares e planos de aula. Para entender as práticas pedagógicas adotadas aplicaremos questionários aos professores que lecionam para alunos com deficiência intelectual, bem como ao professor de atendimento educacional especializado. Os dados parciais nos indicam que a instituição pesquisada tem garantido, aos alunos com deficiência intelectual, o acesso aos cursos técnicos, porém as condições para permanência e aprendizado desse público ainda é incipiente.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência Intelectual; Educação Profissional

Introdução

Com o indicativo de que o atendimento das pessoas público-alvo da educação especial seja feito, preferencialmente, em escolas regulares as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – DCNEE-EB (2001) reafirmam a concepção de atendimento desse público na perspectiva inclusiva, direcionando a matrícula destes alunos na educação básica e apontando os desafios que os sistemas de ensino devem enfrentar para construir as condições de atendimento deste público.

Ao debater sobre o atendimento dos alunos público alvo da educação especial, as DCNEE-EB (2001) ressaltam que:

A educação tem hoje, portanto, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos – inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais, particularmente alunos que apresentam altas habilidades, precocidade, superdotação; condutas típicas de síndromes/quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; portadores de deficiências, ou seja, alunos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais e intelectuais... (2001, p.22).

¹ Professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Pires do Rio. E-mail: monicacanuto08@gmail.com



Os sistemas de ensino e as escolas devem organizar os seus currículos de maneira que, aos alunos público alvo da educação especial, sejam oferecidas condições de acesso e permanência, isto é, que sejam escolarizados, não somente incluídos física e socialmente na sala de aula e na escola. As referidas diretrizes destacam que, o atendimento desse público deve estar alicerçado em três princípios: preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania (DCNEE-EB, 2001). Exigindo a adoção de práticas fundamentadas no reconhecimento da dignidade e dos direitos humanos.

Por ser um movimento mundial fundamentado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, a educação inclusiva tem por objetivo eliminar a discriminação e a exclusão, garantindo assim o direito à igualdade de oportunidades e ao reconhecimento e valorização das diferenças. Entendendo que, as condições necessárias para a garantia de oportunidades a todos passa necessariamente pela formação profissional, por currículos mais flexíveis e organização da escola de forma a atender às especificidades de seus alunos.

Portanto, a adoção de políticas públicas por parte do governo federal, estadual e municipal que garantam este princípio é urgente e necessário. “Embora a elaboração de determinada política educacional seja considerada como condição necessária para “fazer acontecer”, não é condição suficiente.” (CARVALHO, 2010, p.42).

A reorganização dos sistemas de ensino para que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação envolva vários aspectos, dentre eles, o que nos interessa nessa discussão, é a mudança curricular que envolve desde a seleção de conteúdos, estratégias e recursos até as prováveis adaptações nas formas de avaliação.

Escolas alicerçadas em concepções tradicionais de ensino, com projetos pedagógicos inflexíveis, gestão centralizadora, currículos e práticas de ensino que colocam o professor como o centro do processo ensino aprendizagem tendem a tornar a escolarização do aluno com deficiência quase impossível. O que nos indica a urgente necessidade de mudanças de concepções e organização curricular para que seja garantido a todos os alunos o direito de aprender.



Material e Métodos

Essa é uma pesquisa qualitativa, inicialmente faremos uma revisão bibliográfica a respeito da inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino médio e técnico. Nosso corpus de pesquisa está definido para os últimos cinco anos, de 2012 a 2017, e como recorte espacial definimos o IFGoiano Câmpus Urutaí, em especial o Curso Técnico em Agropecuária.

Dentro dos procedimentos de investigação estão análise documental com foco nos registros de matrículas, fichas de adaptações curriculares e planos de aula. Para entender as práticas pedagógicas adotadas aplicaremos questionários aos professores que lecionam para alunos com deficiência intelectual, bem como ao professor de atendimento educacional especializado.

Resultados e Discussão

Até o momento foram realizadas as etapas referentes ao levantamento bibliográfico que discute a inclusão de alunos com deficiência intelectual, em especial no ensino profissionalizante. Os dados indicam que há pouca produção relativas à presença desse público no ensino médio e técnico.

Em relação aos dados de matrícula fica claro que a presença dos alunos com deficiência intelectual no curso técnico em agropecuária é restrita há apenas 3 alunos no período de 2012 a 2017, recorte temporal da nossa pesquisa.

Iniciamos o trabalho de análise das fichas de adaptações curriculares, o que parcialmente indica que apenas uma minoria dos professores que atuam com esses alunos realiza adaptações curriculares, indicando que os alunos com deficiência intelectual, apesar de necessitarem de adequações, realizam as mesmas atividades e são avaliados da mesma forma que os outros alunos.

A ideia é terminar essas análises e iniciar a aplicação dos questionários aos professores ainda nesse semestre.



Considerações Finais

A expectativa é que os dados advindos dessa pesquisa contribuam de maneira positiva para dar visibilidade aos alunos com deficiência intelectual, uma vez que é, dentre as deficiências, a que gera mais rejeição por parte dos professores porque o cognitivo é comprometido e a aprendizagem ocorre de maneira lenta, exigindo diversas adaptações curriculares.

Acreditamos que a produção e disseminação de conhecimentos sobre a deficiência intelectual e os processos de inclusão permitirão a elaboração de políticas e práticas educacionais capazes de dar respostas à escolarização desse público. Outro ganho é buscar o envolvimento dos acadêmicos nesse universo, despertando o desejo por realizar investigação nessa área.

Agradecimentos

À Universidade Estadual de Goiás, que aprovou esse projeto de pesquisa e desta maneira poderemos contribuir com as produções a respeito da educação inclusiva.

Ao Instituto Federal Goiano Câmpus Urutaí que abriu as portas para que a pesquisa fosse realizada.

Aos alunos com deficiência intelectual e aos professores que muito contribuíram com a pesquisa.

Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília-DF: 1988.

_____. Lei nº 8.069/90. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF: 1990

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília-DF: MEC/SEESP, 1994.

_____. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF: 1996



_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília-DF: CNE/CEB, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2008.

BATISTA, Cristina A. M. / MANTOAN, Maria T. E. Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para deficiência mental. Brasília: MES/SEESP, 2006

CARVALHO, Rosita E. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre-RS: Mediação, 2010